

GLOBALIZAÇÃO, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO

Joxel García
Hiram R. Morales Lugo
Jesus Nieves Mitaynez

I. Introdução

A quarta publicação da *Ethos* Governamental é dedicada ao estudo da globalização, saúde pública e governabilidade contemporânea. E ela se dedica a explorar os desafios éticos públicos que surgem e proliferam nas políticas de desenvolvimento da atualidade. Em seu sentido mais elementar, o tema sugere estudar as relações entre os diversos processos globais, sublinhando o bem-estar físico e social dos seres humanos no contexto de executórias governamentais democráticas que evidentemente têm como prioridade o desenvolvimento, mas a formação das políticas costuma transcender os referenciais e os esquemas mais simples. Em seus níveis mais complexos, o tema provoca profundas interrogações sobre como interpretar e organizar as variáveis que o integram aos efeitos de sustentar as decisões públicas propostas para estar conforme com as exigências que o operam. A tarefa se torna ainda mais intrincada quando são reconhecidas as polêmicas em torno da direção que deve assumir a gestão pública atualmente; que por sua vez, enfrenta cenários que passam por transformações, em que os eventos que ocorrem na escala local, regional e global se apresentam inter-relacionados e interdependentes. A introdução de uma temática com tais características indica existir um contexto inicial amplo, que permita discutir e relacionar conceitos, assinalar problemas e destacar interrogações que, ao se levarem em conta, contribuam para a discussão sobre as culturas públicas vigentes e os desafios que surgem ao contrastá-las às exigências determinadas pelos processos do mundo atual.

Os autores reconhecem as observações do Dr. Bjarne Melkevik da Faculdade de Direito da Universidade Laval em Québec, Canadá, e do Dr. Manuel Ángel Morales, ex-catedrático da Escola de Administração Pública da Universidade de Porto Rico e consultor em desenvolvimento organizacional. É claro, os autores são os responsáveis pelo conteúdo deste artigo.

As transformações históricas globais incorporam múltiplas assimetrias. Destacam-se aquelas que surgem entre os especialistas públicos tradicionais e as condições materiais enfrentadas pelas populações. Referimo-nos às anomalias que são evidenciadas particularmente quando se examina a profundidade e a difusão dos problemas e a avassaladora inter-relação entre eles. Quando estes são examinados honestamente, é salientada a necessidade de revisar as conjecturas que organizam a convivência humana. Neste sentido, deve-se sublinhar que o grau de dificuldade não só se fundamenta na natureza dos problemas em si mesmos ou em suas relações, mas também incorpora a maneira como são percebidos os marcos de referência e os critérios utilizados para interpretá-los, a vontade para resolvê-los e o acesso aos recursos disponíveis para atuar sobre eles oportunamente.

Ao experimentarem os problemas mais agudos, os seres humanos também enfrentam a si mesmos, aos seus conflitos e inseguranças e aos cenários nos quais estes últimos se tornam públicos e antagônicos. Nesse plano, os gestores públicos enfrentam situações-limite, que terão de dirimir em correspondência com seus atributos, carências e possibilidades. Por isso, é necessário contextualizar as áreas polêmicas, ponderar as diferenças de critério e explorar os interesses opostos; surge aí uma fonte de informação relevante para avaliar as conjecturas das decisões públicas. Tal análise poderia esclarecer as fixações culturais inamovíveis que devem ser desatadas para conseguir imaginar perspectivas novas, mediante a atenção às vozes dessemelhantes. As profundas necessidades e expectativas que caracterizam o mundo atual geram uma diversidade extraordinária de vozes legítimas. É certo que umas têm tonalidades mais intensas que outras e, embora todas sejam importantes, dado que formam a pluralidade da experiência humana, não há dúvida de que merecem ser atentamente distinguidas.

Se a questão ética é construída a partir da diversidade das experiências que os seres humanos necessitam cultivar para conviver, então entre as referidas vozes, deve-se atentar a fundo para as interrogações formuladas sobre as diferenças que formam o mundo atual. Os questionamentos de um mundo em via de democratização contribuem para a criação de uma esfera pública global de grande importância, em que será edificada a qualidade da democracia global. Certamente, é um espaço constrito, definitivamente fluido, no qual a credibilidade se torna um atributo de classe mundial que todos querem para si mesmos. O fato é que

na referida esfera terão de ser validados ou desconsiderados os clamores humanos; e ao serem atendidos, em função de seus méritos, abonarão a legitimidade democrática mundial. Um cenário com estas características envolve prioritariamente a capacidade da gestão pública, particularmente na fase de reconhecer os méritos e criar, promover e garantir as normas de legitimidade que façam avançar a confiança no âmbito mundial.

Desta perspectiva, produzir uma análise preliminar sobre a globalização, a democracia e o desenvolvimento e dirigi-la a diversos setores com perfis ideológicos diferentes e situados em diversos lugares sugere explorar questões que possam ser ponderadas globalmente. Assuntos em que convergem as necessidades, as expectativas e as experiências vigentes da população mundial. Coletar informação que responda a esse critério implica consultar as literaturas sobre os problemas globais contemporâneos. Eis aí um exercício metodológico necessário, que contribui para a elaboração temática que deve atuar em uma estrutura de referência inicial a fim de explorar os alinhamentos considerados relevantes, identificar as áreas que se devem ser trabalhadas, os efeitos de incentivar-se análises públicas que atendam localmente às urgências do mundo atual.

Como ponto de partida, merece destacar que a composição das literaturas que abordam os problemas globais incorpora disciplinas acadêmicas diversas. No plano da economia política e estudos sobre desenvolvimento, destacam-se as flutuações nas conjecturas que desde os anos noventa direcionaram as relações estratégicas entre o Estado e os mercados. A pesquisa é orientada para esclarecer as dinâmicas que incidem na elaboração das políticas econômicas que atendem a problemas locais e globais prementes.

A geografia humana e a antropologia sociocultural fazem avançar o estudo sobre as diversas populações mundiais, a partir da organização espacial dos territórios, para contrastar os padrões observados nas experiências, discursos, movimentos e projeções humanas em múltiplas escalas. Algumas tendências em geografia política apontam para a revisão da relação entre a elaboração dos sistemas mundiais e as condições materiais atuais das populações, a partir de interpretações sobre sua localização e formação histórica e política.

A pesquisa proveniente das relações internacionais, política comparada e direito internacional permite estudar a fundo as complexidades que atuam na formação institucional, cultural e normativa do atual poder governamental. A partir dos anos

oitenta, destaca-se o surgimento de novas perspectivas em termos de segurança global, que transcendem os critérios realistas convencionais – limitados às ameaças militares – para classificar como inseguras as condições que afetam adversamente os seres humanos, em função de variáveis que incluem a saúde, fatores ambientais, variantes socioeconômicas, estabilidade política dos governos e qualidade das dinâmicas culturais que atuam nos territórios. Assinala-se assim a necessidade de explorar as condições que promovem a segurança humana em função da qualidade de sua convivência e de seus entornos. Atualmente, seria praticamente irresponsável evitar a ameaça que representa à saúde –segurança – mundial a AIDS, o SARS e a gripe aviária, entre outras múltiplas variantes. Em um mundo em vias de globalização, e continuamente imperfeito, a insegurança de um representa potencialmente a vulnerabilidade de todos. A referência à imperfeição não pretende justificar o conformismo; em vez disso, propõe destacar a necessidade de reconhecer-se a preeminência de condições materiais que apontam para o esfacelo recorrente de muitos dos limites que os seres humanos constroem para delimitar territorialidade e formar sua identidade.

A análise em termos de gênero e a contribuição dos estudos sobre a mulher permitem desmitificar conjecturas sociais, políticas e econômicas operantes em localidades específicas. Esta literatura adquire matizes diferentes em diversos cenários. Frequentemente se encontra associada aos discursos que defendem o avanço da democracia e dos direitos fundamentais. Deve-se aqui também mencionar a preponderância da pesquisa direcionada a precisar a formação de classes em um mundo em vias de globalização, e os conflitos sociais e econômicos que surgem localmente, em função da identidade, tanto no plano cultural como racial. Ao se relacionar a globalização com a saúde pública, com ênfase em esclarecer os desafios éticos que sobrevêm das decisões e os projetos em termos de desenvolvimento, não se deve excluir que as condições que experimentam grupos específicos de mulheres, meninas, crianças e idosos em determinados lugares merecem iniciativas adaptadas a essas diferenças.

Abordar as literaturas a partir das diferenças permite comparar os problemas então tratados, distinguir como são formulados e identificar os temas de convergência que eles revelam. Um exame da organização do conteúdo das literaturas permite destacar o papel de destaque ocupado pelos temas associados à saúde. Problemática amplamente difundida e que, em um mundo

majoritariamente subdesenvolvido e de alta densidade populacional, requer que sejam estudados em função da pobreza e da desigualdade.

Na área de saúde, e em função da pobreza, também o papel e a organização da educação é questionado em cenários democráticos e economicamente competitivos. Este último direciona a atenção para ajustar o conteúdo das políticas voltadas ao fomento, assim como as aptidões necessárias para otimizar o potencial dos indivíduos e dos grupos para obter acesso às oportunidades de emprego. Neste ponto, são elaborados planejamentos que revelam altas expectativas sobre o comportamento e a responsabilidade do capital mundial perante a pobreza sobre os quais surgem discrepâncias que questionam a disponibilidade e a capacidade dos atores econômicos que, ao agirem em função das flutuações do mercado, vêm-se impossibilitados de produzir transformações profundas nas condições associadas a este mal.

No âmbito das políticas de desenvolvimento, enfatiza-se a urgência de assumir posições decisivas na organização e no comportamento dos mercados, assim como nos padrões de consumo mundial. Além disso, estabelece-se como prioridade a necessidade de responder construtivamente ao aquecimento global, para contornar os efeitos provocados em escala local e global, no marco de iniciativas visionárias inteligentes, que distribuam responsabilidades e operacionalizem medidas sustentáveis na gestão dos recursos naturais e ambientais. Particularmente, no plano do comportamento do mercado dos hidrocarbonetos, surge novamente um discurso global orientado a promover novas fontes de energia, como ar, luz solar e diversos materiais orgânicos estabelecidos como alternativas. Por outro lado, destaca-se o ressurgimento de projetos orientados para a opção pela energia nuclear para atender às necessidades de energia que caracterizam diversas populações mundiais.

No plano da geografia das populações, relacionam-se os movimentos migratórios, o crescimento populacional mundial e o consumo, que direciona a atenção para as necessidades das minorias tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. Nos problemas ilegais mundiais, destacam-se a globalização do crime organizado, a difusão das atividades do terrorismo internacional, as violações aos direitos fundamentais, particularmente os direitos das crianças, mulheres, idosos e minorias. Salienta-se a necessidade de atentar para os conflitos em termos de identidade e controle de território e surgem polêmicas

fundamentais em torno da proliferação de armas de destruição em massa e o futuro da cultura de não-proliferação.

Embora superficial, esta visão preliminar de algumas das disciplinas e suas relações, assim como a identificação de vários dos problemas mundiais, permite asseverar vários pontos importantes. Em primeiro lugar, o quadro geral que identificamos propõe assuntos globais, com matizes locais importantes, que devem ser tratados proporcionalmente. Em segundo lugar, as análises propostas sobre estes são polêmicas e fluidas. Neste sentido, deve-se sublinhar que o conhecimento que é produzido sobre os problemas mundiais é uma parte fundamental das transformações que estão em curso, o que por sua vez, aumenta o grau de responsabilidade pública na gestão do conhecimento e na organização dos marcos de referência direcionados a interpretar e intervir nas tendências locais e globais, assim como ao se elaborar ou avaliar as decisões públicas pertinentes. Embora não seja possível dispor de toda a informação necessária para atuar a todo momento, os critérios mais elementares da governabilidade democrática requerem tornar públicas os padrões de profundidade e capacidade que formam as decisões públicas.

Em terceiro lugar, os problemas são abrangentes e interdependentes, o que assinala a necessidade de evitar a tentação diante da transitoriedade das percepções e da fragmentação oportuna, que se mostra ser estrategicamente insuficiente; e como alternativa, organizar as decisões em função dos padrões de responsabilidade que viabilizem um nível ideal de qualidade democrática. Em quarto lugar, é importante reconhecer que os problemas envolvem diretamente a formação cultural que determina a organização da convivência entre os seres humanos: questionam as conjecturas que organizam a gestão pública, em função dos processos globais contemporâneos. Em quinto lugar, observa-se que a globalização, a democracia e o desenvolvimento, formam uma parte central dos cenários nos quais são tomadas as decisões de maior alcance no drama público mundial. Neste sentido, poder-se-ia argumentar que eles integram uma equação de variáveis interdependentes que, devido à sua profundidade e alcance na experiência global, formam uma referência indispensável para repassar, avaliar e refletir sobre os marcos teóricos necessários e as interrogações que ainda precisam ser reformuladas para encontrar cursos de ação diante dos problemas globais contemporâneos.

A partir desta breve discussão inicial, o próximo segmento concentra-se na análise dos processos globais que permitem distinguir algumas das características da globalização contemporânea. Destaca-se a modalidade econômica e em seguida identificam-se algumas das tendências dos fenômenos associados à globalização cultural. São identificados processos globais associados às condições ambientais e de recursos naturais. Sucintamente, identificam-se condições econômicas e políticas globais que permitem destacar as urgências contemporâneas mundiais e são formulados questionamentos que direcionam a atenção para o Estado, sua formação e sua situação na atual conjuntura global.

Nesta direção, o terceiro segmento apresenta alguns debates centrais sobre o Estado e ressalta a situação premente dos estados frágeis. São examinados os desafios que o Estado experimenta no plano do desenvolvimento econômico e da democracia e dos desafios éticos públicos correspondentes. Analisam-se as tendências atuais que orientam a transformação institucional e programática do Estado, e se argumenta que a questão sobre seu projeto é proporcional às referências e à capacidade de interpretação pública que os gestores públicos devem produzir sobre os processos globais e locais.

Em conclusão, expõe-se que um componente necessário para organizar a globalização nas localidades é o aprofundamento da democracia, em função das condições particulares de todas as unidades políticas, o que requer divisar estratégias efetivas para o desenvolvimento inclusivo das populações. E se argumenta que tal prioridade requer articulação em função de uma ética pública de inclusão, a partir da qual sejam planejadas políticas públicas visionárias em que o Estado esteja diretamente envolvido na tomada de decisões, no avanço do bem-estar e da competitividade da sociedade.

II. Processos globais

Durante o século XX, as análises sobre os processos econômicos, políticos e sociais com a energia para transformar o mundo através de dinamismos globais revelam semelhanças importantes que não devem passar despercebidas. Como exemplo, destaca-se o trabalho de Regem Angell, analista que explorou as ramificações militares de um mundo economicamente interdependente (Keohane e Nye, 1998). Várias décadas mais tarde, a literatura dos anos sessenta e dos anos setenta destacou a

relevância dos eventos que manifestavam tendências globais. Especificamente, foi dada ênfase às dinâmicas associadas à interdependência, devido à intensificação e alcance do comércio internacional do momento; destacou-se a necessidade de priorizar a responsabilidade global ambiental, movimento que ganharia terreno até se consolidar em princípios dos anos setenta; sublinhou-se o alcance e a relevância dos atores não-governamentais, incluindo as multinacionais e os grupos associados às políticas do terror; e priorizou-se a redução na utilidade das forças militares (Hurrell, 2003: 222-225). A política mundial da conjuntura, a crise energética e os conflitos regionais associados à geografia política da guerra fria dos anos setenta diminuíram a transcendência das considerações.

A globalização contemporânea: a tecnologia e a reorganização do capital

Precisamente, as origens da globalização mais recente foram associadas com as transformações geradas pelo avanço científico e tecnológico, que começou na década de sessenta (Arystanbekova, 2004: 7). Um período marcado pela influência do satélite nas relações entre os superpoderes e cuja evolução promoveu a difusão das imagens em âmbito mundial. Tecnologias sofisticadas que contribuíram para a organização das culturas que integraram as telecomunicações e as relações comerciais, mediante o projeto e criação de espaços inovadores e a produção de novas fontes de conhecimento (McLuhan, 2001). Argumenta-se que os instrumentos e o conteúdo multiforme da comunicação global representam um mundo no qual as economias, as sociedades e as culturas se entrelaçam por meio de múltiplos processos, destacando-se a formação de um sistema financeiro global caracterizado por sua velocidade operacional.

A dimensão econômica da globalização estabelece a expansão e a reorganização do capital, administrado por setores vinculados ao que foi denominado como a cultura Davos, que tem como referência espacial a reunião anual que é realizada na Suíça e que incorpora representantes do comércio mundial e líderes políticos de alta hierarquia (Berger, 2002: 3). A análise teórica sobre o componente financeiro e comercial na globalização contemporânea constituiu uma prioridade no trabalho de Levitt. Em um de seus escritos, a globalização é construída como marco analítico para descrever um mercado que convergia no âmbito mundial através de unidades empresariais que ele denominou “firmas globais” e

que eram caracterizados pelo tipo de visão cultural que informava a tomada de decisões de tais firmas ao mais alto nível gerencial (Arystanbekova, 2004: 7-8).

Em seu trabalho sobre a imaginação no mercado, Levitt também destaca o fator da tecnologia como um determinante na produção de inteligência financeira, direcionada a otimizar a influência que os atores empresariais são capazes de exercer para criar uma nova realidade comercial, que se articule por meio de mercados globais, em que se exiba uma qualidade de produção direcionada por padrões mundiais (Arystanbekova, 2004: 7-8). No entanto, deve-se observar que este componente da globalização limita sua geografia, fundamentalmente a pólos desenvolvidos ou a alguns outros em vias de desenvolvimento, sem conseguir incorporar efetivamente a maioria da população mundial.

A globalização e as culturas

A globalização também é um fenômeno cotidiano cujo cenário é significativamente urbano e se manifesta heterogeneamente nos lugares que a vivenciam. Pode-se observar diferenças na importância das expressões e das relações humanas em diversos lugares: na maneira em que se posiciona a identidade individual e grupal ao experimentar os processos globais. Claval (2001: 38) expõe que a globalização tem um efeito direto nas bases das identidades por ter a energia para suscitar a uniformidade acelerada das condições materiais da vida e, com isso, o desaparecimento das referências tradicionais sobre as quais assentavam-se as identidades tradicionais. Como resultado, surgem conflitos entre diversos atores com interesses e necessidades diferentes (Keohane e Nye 1998: 77) que se organizam e se fortaleçam através das ideologias – sistemas de pensamento ou crenças que estimulam práticas sociais, econômicas ou políticas (Thompson, 1993: 409) – e que propõem maneiras de ser, estilos de vida, modos de convivência que os grupos e os setores assumem e promovem.

Neste plano, a globalização suscita cenários locais em que as múltiplas expressões humanas são revisadas e diferenciadas, o que, por sua vez, vem a fazer parte das diferenciações globais. No plano material, a globalização transforma as localidades e lhes advêm potencialmente a possibilidade de globalizar-se. No plano das idéias, a globalização constitui um referencial ideológico comum, no qual são definidas, integradas e opostas diferentes ideologias (Huang e Hsiao, 2002: 48-49).

Desta perspectiva, a globalização também incorpora diversos processos humanos no nível micro, em que as pessoas suprimem as necessidades, os imaginários e as urgências vivenciadas no cotidiano de suas localidades. Foram estabelecidas interrogações metodológicas relevantes em torno de como relacionar processos que ocorrem no nível macro com os que ocorrem no nível micro, e vice-versa; mas, em última instância, as decisões e os atos são centrais.

Segundo Rosenau (2003: 8), a globalização não é uma força abstrata que direciona o mundo para um fim preordenado; em contraste, é o resultado das decisões que os indivíduos, os grupos e as instituições assumem na realidade em que atuam, opções que, de um modo ou de outro, devem influenciar a experiência individual, social e institucional. Como observamos anteriormente, pode-se destacar as decisões relativas às idéias, às crenças e aos estilos de vida que as pessoas assumem conforme os marcos de referência que atuam em seus entornos e possibilidades. Particularmente, deve-se sublinhar a importância das decisões em termos dos movimentos humanos; quer seja porque os indivíduos ou os grupos foram deslocados de seus territórios de origem ou devido a fatores locais ou externos que os impulsionam a mudar-se para outro lugar; o fato é que assumem movimentos que os conduzem pela superfície terrestre.

A globalização, os movimentos humanos e o crescimento populacional mundial

A migração é um componente fundamental na história das globalizações. No plano espacial, a migração se refere a um movimento de longa distância que resulta em uma realocização; emigrar (mudar-se de uma localização particular) ou imigrar (um movimento para outro lugar) internamente (no interior de um estado ou região) ou internacionalmente (de um estado a outro) (Knox e Marston 1998: 127). Por sua vez, Held, McGrew, Goldblatt e Perraton (1999: 3-4) resumem sucintamente as migrações das populações humanas na era moderna. O nível de síntese obtido pelos autores na narrativa merece a inclusão máxima da referência.

Human beings have been migrating, journeying and travelling for millennia, across great distances... The first great wave of early modern migrations involved the forced movements of the transatlantic slave trade which shifted around 9-12 million people by the mid-nineteenth century.

From the mid nineteenth century onwards, the slave trade was dwarfed in extent by an extraordinary outpouring of Europe's poor to the New World, overwhelmingly the U.S.A. This was accompanied, beginning in the last quarter of the nineteenth century, by a series of Asian migrations (predominantly of indentured laborers) to the USA, Canada, and European colonies. Over 40 million people moved in this way in the quarter century before the First World War...

The bitter struggles and ethnic violence of the Second World War led to unprecedented levels of forced migrations, refugee and asylum movements. Ethnic Germans fled the Soviet Union and Eastern Europe, Jews headed for Israel, Pakistan and India exchanged millions and Koreans flooded south.

Economic migration and the rebirth of Western European economies in the 1950s and 1960s drove a renewed epoch of global migration... Western Europe's foreign population and ethnic mix have grown as family reunions, unpoliceable borders and sheer demand for labour have driven migration from the European peripheries (Turkey, North Africa) as well as the most distant outposts of Old European empires (Southern Asia, East and West Africa etc.) to the continent.

In the 1970's these waves of migration were accompanied by a take-off in legal and illegal migration to the USA and Australasia, enormous flows to the oil-rich and labour-scarce Middle East and new patterns of regional migration within Africa, Latin America, Oceania and East Asia. In the late 1990s, the USA in particular has been experiencing levels of migration that are comparable to the great transatlantic push of the late nineteenth century.

A história das migrações está ligada aos processos de consolidação das diversas globalizações mundiais; participam elites e setores populares; os movimentos respondem a situações pessoais, locais, regionais ou globais; as condições e os objetivos podem ser tão variados como as variáveis particulares dos próprios processos. Os fluxos migratórios da atualidade constituem uma das variantes profundamente humanas da recente globalização. Anualmente, cerca de 100 milhões de pessoas tentam ou conseguem se deslocar de seus lugares de nascimento para espaços geográficos que muitas vezes elas não determinaram previamente (Stavrou, Ndumbe, Swing 2005).

Nesta seqüência, a experiência da globalização incorpora a integração das comunidades, das famílias e dos indivíduos, situados em diferentes localidades do mundo, por meio de sistemas

formais e informais se integram e diferenciam os lugares; surgem mercados, são estabelecidas e reorganizadas as comunicações; o intercâmbio de remessas e seus derivados contribui para a economia de diversos lugares; emergem novas geografias do trabalho; a saúde é globalizada; as culturas educacionais são transformadas; e são projetados e relacionados profundos desejos e aspirações humanas em áreas próximas ou distantes da geografia mundial (Blake, Risse 2006: 1-4).

Além da diversificação de seus movimentos pelo globo, os seres humanos também aumentaram sua reprodução. Nos últimos cinquenta anos do século XX, a população mundial aumentou de 2.6 bilhões de habitantes a cerca de 6 bilhões em 2000 (Klare 2001: 15), e os países em desenvolvimento revelaram um padrão – significativamente difundido – de duplicar suas populações a cada trinta anos. Atualmente, a população mundial cresce a um ritmo aproximado de 80 milhões de habitantes ao ano; se essa tendência de crescimento demográfico continuar, a população mundial atingirá 8 bilhões de habitantes em 2020 (Klare 2001: 17). O crescimento populacional é concebido como um determinante fundamental na formação dos padrões de comportamento entre os grupos humanos e o meio ambiente.

A globalização e o ambiente: a prioridade do recurso água

A intensidade dos movimentos humanos e o crescimento da população mundial guardam relação com os padrões de consumo mundial dos recursos naturais. Como exemplo, os prospectos reais de abastecimento da água, petróleo, gás natural e madeira, entre vários outros, constituem variantes que sugerem interrogações de suma importância para os padrões de consumo humano e de organização dos mercados mundiais. Um estudo recente de Clark, Crutzen e Schellnhuber (2005: 3-4) sobre o papel da atividade científica e tecnologia na formulação das políticas públicas mundiais propõe dados sobre níveis de consumo, exploração de recursos e comportamento ambiental que permite identificar condições e tendências importantes na escala global ambiental. Sobre este ponto, os autores destacam o seguinte:

Drawing from the Works of hundreds of researchers, the “Global Change” study (Steffen et al. 2004; Chapter 3) concluded that perhaps 50% of the world’s ice-free land surface has been transformed by human action; the land under cropping has doubled during the past century at the expense of forests, which declined by 20% over the same period. More than half of all accessible freshwater resources have come to be

used by humankind. Fisheries remove more than 25% of the primary production of the oceans in the upwelling regions and 35% in the temperate continental shelf regions (Pauly and Christensen 1995).

Humanity's exploitation of fossil fuels that were generated over several hundred million years has resulted in a large pulse of air pollutants. The release of SO₂ to the atmosphere by coal and oil burning is at least two times larger than the sum of all natural emissions... Due to fossil-fuel burning, agricultural activities, deforestation, and intensive animal husbandry, several climatically important "greenhouse" gases have substantially increased in the atmosphere over the past two centuries:...contributing substantially to the observed global average temperature increase by about 0.6 C, which has been observed during the past century.

A interação entre as condições ambientais identificadas adquire uma relevância mais conflitante se for considerado que a situação de muitos dos países pobres do mundo depende significativamente do acesso e da qualidade do recurso água: para o sustento vital do gado, manter a agricultura, gerir energia, trabalhar a indústria, viabilizar a pesca, avançar a navegação e atrair o turismo. A escassez de água é produzida pelas dinâmicas acumuladas de múltiplos fatores inter-relacionados: as práticas culturais que regem o consumo, o aumento da demanda do recurso devido ao crescimento populacional, o aumento sustentado no consumo de energia e a difusão mundial dos modelos de desenvolvimento concentrados nos pólos urbanos, entre outros.

No caso das cidades, estas perdem até 50% de seu acesso à água urbana (Davis, Hirji 2005: 118-119), situação que fica mais complexa se for considerado que se prevê que elas deverão ser objeto de fluxos migratórios de maior intensidade durante o século XXI. Os indicadores prognosticam que a demanda pela água continuará acelerando: no ano 2025, 50 países e cerca de 1 bilhão de habitantes terão séria escassez do recurso e cerca de 3 bilhões de pessoas viverão em territórios onde o recurso se esgotou (Davis, Hirji 2005: 117); um número considerável dessas populações habita extensões do Oriente Médio. Deve-se ter em perspectiva que algumas das massas de água mais extensas na superfície terrestre atravessam fronteiras internacionais.

Condições econômicas e políticas globais

No plano do desenvolvimento econômico e político mundial, destaca-se que a organização do capital global, as transformações

culturais, os movimentos humanos, o comportamento ambiental e a difusão da democracia ocorrem em uma conjuntura histórica mundial caracterizada por condições de pobreza prementes. Da população mundial, 83% habitam os países chamados em desenvolvimento. Mais de 20% da população mundial vivem em condições de pobreza extrema, com renda inferior a US\$ 1,00 por dia; e cerca de 50% vivem com renda inferior a US\$ 2,00 diários. Cerca de 2,5 bilhões de pessoas que vivem nas sociedades de poucos recursos apresentam um índice de mortalidade infantil que atinge mais de 100 indivíduos por 1.000 nascimentos, enquanto que nos países de renda alta este índice é de 6 indivíduos por 1.000; e 25% da população mundial sofre com a deterioração social decorrente das carências e desvantagens provocadas pelo analfabetismo (Risse 2003 A: 1). No entanto, também é correto dizer que as últimas seis décadas da história mundial revelam indícios de crescimento econômico. Neste sentido, Risse (2003 B: 30) destaca os seguintes dados.

While for many indicators we lack data from before 1950 in developing countries, a fair amount is known. We know that per capita incomes around 1820 were similar world wide, and low, ranging from around \$500.00 in China and South Asia to 1,000-1,500 in the richest countries of Europe. So the gap between rich and poor was 3:1, whereas in 1960 it was 60:1, and in 1997 74:1. 75% of the world's people lived on less than a dollar a day in 1820. Today, in Europe, almost nobody does, in China less than 20%, in South Asia around 40%, and altogether 20% of the world population does. The share of people living on less than \$1.00 a day fell from 42% in 1950 to 17% in 1992... Between 1960 and 2000, real per-capita income in the developing world grew at an average of 2.3. At this rate, living standards double in 30 years... The average income per capita in 1950 worldwide was \$2,114, and in 1999 \$5,709, in 1990 PPP dollars; for developing countries this increase was from \$1,093 to \$3,100. Longevity rose from 49 years to 66 worldwide, and from 44 to 64 in developing countries... The literacy rate rose from 54% in 1950 to 79 in 1999. Infant mortality fell from 156 in 1000 to 54.

Questionamentos globais

A esfera do capital internacional, em função da formação da cultura da informática e telecomunicações, constitui um processo global poderoso, mas limitado na sua capacidade de incorporar efetivamente a maioria da população mundial. Ao se concentrar em pólos urbanos específicos, sua infra-estrutura operacional

reproduz padrões de desenvolvimento limitados à conectividade que suporta com os espaços que integram suas redes mundiais. Apesar dos níveis de crescimento econômico nas últimas décadas, este correspondeu significativamente ao desenvolvimento da China e da Índia em seus pólos urbanos nas últimas três décadas. No entanto, a maioria avassaladora de ambas as populações habitam as áreas rurais. De fato, aproximadamente 25% da população mundial habitam as referidas áreas. Ficam por resolver os papéis e as oportunidades mundiais às quais as áreas rurais e a agricultura terão acesso na globalização, interrogação que se vincula ao Estado por ser a entidade chamada para organizar o território.

Migrar constitui um movimento cujas possibilidades de êxito serão proporcionais ao perfil do indivíduo ou do grupo, suas relações e as necessidades e flutuações imperantes na organização do trabalho e dos mercados do território ao qual se desloca. Surgem interrogações prementes com relação às necessidades em termos de saúde, habitação e educação destes setores da população mundial, situados na periferia de diversos pólos urbanos desenvolvidos e em desenvolvimento, onde frequentemente habitam em condições de vida deploráveis. Quais são as iniciativas estatais necessárias para atender os direitos fundamentais de tais grupos dentro do aprofundamento da democracia global?

A globalização incorpora processos culturais cuja difusão e influência pode ser mais ampla que os componentes econômicos. As variações particulares serão proporcionais aos lugares, às redes globais que ali operem e ao acesso dos indivíduos e os grupos a elas. Neste particular, é adequado avaliar a difusão de imaginários e expectativas culturais no âmbito mundial, em função das condições materiais, locais e globais que possam supri-las. Aqui, surgem interrogantes com relação às iniciativas locais necessárias para ampliar o acesso e a participação aos benefícios culturais–econômicos, sociais e políticos - que pode levar consigo a globalização; e que definitivamente implicam projetar políticas educacionais que viabilizem e ofereçam direção aos benefícios do multiculturalismo que adianta as diversas modalidades da globalização cultural. Do contrário, os beneficiados continuarão sendo poucos, tecnicamente especializados, e se vinculados para setores socioeconômicos poderosos, em comparação com as grandes massas populacionais que ficam excluídas da exposição aos diversos matizes da experiência global, e as oportunidades que gera em termos de movimento social, emprego e igualdade econômica.

Indubitavelmente, iniciativas ambientais como o Protocolo de Kyoto à Convenção das Nações Unidas em matéria de `Mudança Climática`, são fundamentais; os interrogantes surgem em torno de se são suficientes. Indubitavelmente, os países altamente industrializados têm uma responsabilidade primária que assumir; mas isto não exclui a necessidade de que os países em vias de desenvolvimento intensifiquem as medidas para atender oportunamente as condições do problema no nível das localidades. Uma pergunta importante é, como balancear a proteção do ambiente e adiantar o nível de desenvolvimento mundial, em um planeta que esgota seus recursos e uma população que mostra indícios de manter sua densidade, sem que se poder antecipar que haverá de variar profundamente suas culturas de consumo para adaptá-las a critérios razoavelmente sustentáveis?

Os processos globais que têm sido brevemente resenhados, estabelecem interrogantes fundamentais em áreas de importância pública vital. Destacam-se assuntos em matéria do comportamento, organização, e inclusive a regulamentação dos mercados locais e globais; o status do reconhecimento e da consolidação dos direitos fundamentais no âmbito mundial e local; a elaboração de políticas internacionais inclusivas e a longo prazo em matéria ambiental. Sobre este ponto, Ocampo (2004: 11) observa o seguinte.

We believe that the central challenge we face today is to ensure that globalization becomes a positive force for all the world's people," reads the fifth paragraph of the United Nations Millenium Declaration (United Nations, 2000). Although globalization reflects technological advances and economic forces, it can be molded by society and, particularly, by democratic political institutions...

Do ponto de vista de Rosenau, observamos que a globalização não é uma força metafísica, requer se interpretar e exige decisões. Por sua vez, Ocampo aclara que atuar na globalização implica a participação da sociedade e o funcionamento de instituições democráticas competitivas, e que a intervenção de ambas deve estar dirigida a moldar os processos no plano local. O que remete a análise novamente para identificar o conhecimento que seja relevante aos processos locais e globais nos quais é necessário atuar. Moldar requer, não só a posse do conhecimento adequado; também significa se converter o conhecimento em decisões inteligentes, adaptadas às necessidades particulares que apliquem. Especificamente, demanda que as políticas públicas que

se integre o conhecimento e as decisões, consigam avistar os rumo a seguir para adiantar um desenvolvimento econômico inclusivo que responda às normas democráticas mais competitivos. O anterior dirige a atenção para o estado territorial, sua formação, conjuntura atual e as dinâmicas que antecipa presente seu comportamento (Taylor 1994: 151, 160-161; Risse 2006: 1-2).

III. O Estado

As origens do Estado foram relacionados com os grupos humanos organizados em função da agricultura--período concebido como uma modalidade de globalização - em a Mesopotâmia de faz uns 10.000 anos; também o nível de formalidade burocrática do Estado é destacado na China da antigüidade (Fukuyama 2004: 1). Desde suas origens jurídicas na obra de Jean Bodin, a figura conceptual e a instrumentação do Estado evoluíram em função de transformações econômicas políticas determinadas territorialmente. Alcança parcialmente um nível mundial no século XIV, difunde-se culturalmente no século XIX, e constitui um fenômeno de difusão universal, após finalizada a segunda guerra mundial (Wallerstein 1991: 185). Uma das posturas teóricas mais influentes do século passado, definem-no como “a community that human (succesfully) the monopoly of the legitimate claims use of force within physical a territory given” (Weber, 1946).

Ainda que difundida e influente, a postura de Wéber tem sido interrogada em múltiplos frentes. Durante o século XX, os debates com respeito a Estado, suas estruturas e políticas, incluíram as polêmicas ideológicas em torno da dependência e ao desenvolvimento (Gilpin, 1987: 263-303; Lievesley, 2003: 145-146; Burnell, 2003: 148-149); os processos associados à descolonização e das configurações territoriais estatais correspondentes (Coggins, 2003: 136-137); os níveis de vulnerabilidade provocados pela guerra fria, a formação de um mundo bipolar e as políticas associadas à dissuasão nuclear (Freedman, 1981: 372-392); as gestões sociais para o avanço dos direitos civis e o impacto dos movimentos sociais nas decisões e das políticas públicas (Bradbury, 2003: 78-80), entre múltiplos outros.

A história do Estado está associada às transformações sociais, econômicas e políticas que deram forma à história humana. Não se deve duvidar que o Estado é uma construção organizacional e administrativa com a suficiente flexibilidade para adaptar se às transformações históricas que lhe requerem, por causa de sua

legitimidade, incorporar as variantes que sejam necessárias para manter se operacional e diretor na organização da gestão pública. No entanto, posturas recentes questionam os limites convencionais de sua territorialidade, e postulam o surgimento de populações que transcendem as construções públicas típicas, e merecem se atender desde Marcos de referência mais amplas e inclusivos.

O Estado e os processos cosmopolitas

Durante as últimas duas décadas, os debates representam uma grande diversidade de perspectivas empíricas, interdisciplinares e teóricas. Deve-se sublinhar o debate sobre a viabilidade ou legitimidade do desenvolvimento através da globalização da democracia liberal e a economia dos mercados, em função do questionamento dos entendidos modernos que serviu de referência para diferenciar a esfera pública e privada, determine a formação das identidades culturais e o status das minorias, assim como a relação e da hierarquia entre // os territórios (Dijkink & Knippenberg, 2001).

Entre as perspectivas mais influentes, é destacada a revisão da democracia moderna proposta por Held, que coloca em uma posição central o surgimento das esferas públicas cosmopolitas. Na perspectiva de tal autor, tais esferas requerem modelos de governabilidade democrática, dirigidos a render contas no exercício de um poder que já não se deve conceber fragmentermente, mas de maneira inter-relacionada, devido às dinâmicas e as interseções que caracterizam as relações entre a economia e da política do mundo contemporâneo.

... a possibilidade da democracia hoje em dia deve ser vinculada com um marco expansivo de instituições e procedimentos democráticos - com o que chamei o modelo cosmopolita da democracia ... Pelo Menos três exigências ficam estabelecidas: primeiro, reformular as fronteiras territoriais dos sistemas de *accountability* a fim de que os temas que escapam à potestade da Estado nação--os fluxos financeiros globais, o peso da dívida nos países em desenvolvimento, as crises ecológicas, vários aspectos da segurança e a defesa, as novas formas de comunicação e assim sucessivamente - possam seja submetidos ao controle democrático; segundo, repensar o papel e o lugar das agências reguladoras e funcionais regionais e globais com o objetivo de convertê-las em focos mais coerentes e sensíveis nos assuntos públicos; e terceiro, re-formar a `articulação` das instituições políticas com os grupos, as agências, as associações, e as

organizações da economia e a sociedade civil, nacional e internacional, de maneira tal que estes se integrem ao processo democrático - adotando uma estrutura de regras e princípios compatíveis com a democracia (Held 1997: 317-318).

Neste contexto, a perspectiva de Held sobre a democracia contemporânea identifica um rol determinante para uma esfera pública cuja jurisdição inclui um grau de soberania sobre as unidades políticas que a compõem, embora não as cancele. Estas retêm um âmbito operacional importante, que incorpora gestões domésticas, muito próximas às necessidades cotidianas que se enfrentam as populações em seu diário viver. No entanto, também se deve manter em perspectiva, que os estados formam uma ampla diversidade de casos específicos, com necessidades, problemas e prospectos diferentes. A maneira de exemplo, é uma questão de fato que o funcionamento institucional, a efetividade normativa, a estabilidade, e inclusive a continuidade das estruturas estatais, variam significativamente na esfera global. As razões são múltiplos, respondem a problemas relativos à legitimidade do controle sobre os territórios, a ausência ou ineficiência normativa e institucional, a coexistência de culturas econômicas formais e informais, entre múltiplos outras. Por que os estados fracassam? Qual é a contribuição dos estados débeis e fracassados à estruturação dos processos associados à globalização, da democracia e do desenvolvimento?

Os estados débeis, estados fracassado, estados colapsado

O tema dos *estados débeis* se situa em uma área de pesquisa que ganhou terreno durante a década vigente. Referimo-nos à produção de conhecimento sobre os problemas que afetam, particularmente aos estados em vias de desenvolvimento; destaca-se prioritariamente os estados débeis, os estados que fracassam, os estados colapsado. Fukuyama (2004: 6-7), argumenta a urgência de atender às necessidades dos assim chamados “estados débeis.” “Qualifica-os como o problema específico mais sério da ordem internacional (2004: 92). Sublinha a necessidade de reavaliar as noções institucionais, organizacionais e administrativas que constituem o Estado moderno. Estabelece como prioridade a distinção entre a esfera de ação do Estado (as funções e os objetivos que os governos assumem) e de sua força (a habilidade dos estados para planejar e conduza iniciativas político públicas para implantar as normas jurídicas de maneira transparente). A diferença responde a seu interesse por aclarar que os processos

públicos associados políticos à globalização não excluem o rol central que desempenha a unidade política bem governada; posição desde a qual se pode inferir a necessidade de clarificar a questão estatal na agenda da globalização contemporânea.

Por sua vez, Clément (2005: 1-2) reconhece que a pesquisa sobre tais corpos políticos está em processo. O acesso à informação necessária para elaborar modelos teóricos exaustivos é limitado, característica que impede adiantar uma instrumentação sistemática dos supostos teóricos que operam no campo. Destaca a produção de pesquisa que conseguiu detectar os fatores estruturais que a longo prazo, em tais estados revelam uma tendência ao fracasso; mas aclara que a disponibilidade de análise sobre os fatores que precipitam o fracasso a prazo intermédio é significativamente menor. Em seu estudo, propõe umas distinções conceptuais para classificar as características de tais estados. O desempenho funcional do Estado é a variante que estabelece o quadro de referência operacional da análise.

Although state failure and state collapse both refer to extreme instances of weak statehood, they each have a specific meaning whereby a collapsed state is a more acute version of failure. A failed state is one where all core functions have ceased to be performed (on a continuous base and over the entire territory), but where some institutional structures may still exist. It is a case of functional failure without institutional failure. A collapsed state involves both a functional failure (inability to perform core functions) and an institutional failure (the political superstructure has ceased to exist on a continuous base and as a part of an overarching integrative framework). In practice, the state rarely completely disappears. Bits and pieces will suddenly reappear (e.g., a government, a parliament, a police force, road infrastructure), but never over the entire territory or for long periods of time leading to what some have called a *dotted state*.

Patrick (2006: 27-28) acrescenta que os estados mal governados foram relacionados com as ameaças transnacionais que têm o potencial para vulnerar a segurança mundial. O autor explora o argumento que concebe a tais corpos políticos como espaços geográficos onde proliferam os problemas mundiais mais temido: desastres humanos, as migrações maciças, as problemáticas ambientais, o crime internacional, a insegurança energética, as pandemias globais, a difusão das armas de destruição em massa e o terrorismo transnacional. Ao identificar as iniciativas estatais orientadas para manejar o problema, destaca

o rol da Inglaterra, do Canadá e da Austrália, e particulariza os organismos internacionais múltiplos que incorporaram o problema em sua agenda. São destacados as Nações Unidas, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, e a área do Banco Mundial dedicada à atenção dos países de poucos recursos que experimentam níveis estressantes, gerados por conflitos bélicos de diversas intensidades, e problemas estruturais que incidem na capacidade de governabilidade dos estados.

O autor (2006: 29) destaca a ausência de evidência empírica que permita correlacionar estados específicos com problemas e ameaças particulares; e alerta sobre as iniciativas estratégicas orientadas para intervir na situação sem dispor do conhecimento necessário para diferenciá-la e a organize a. Concede que os estados débeis geram ameaças globais, mas assinala que universalizar a proposição não contribui para distinguir e formule os problemas que permitam esclarecer as insuficiências profundas que resultam na redução da governabilidade e da incapacidade de tais estados. Questiona os fatores operantes na falta de consenso sobre a quantificação dos estados que se poderiam ser incorporados nesta linha escrita. Patrick (2006: 29) define os estados débeis e que fracassam da seguinte maneira.

There is no consensus on the precise number of weak and failing states. The Commission on Weak States and US National Security estimates that there are between 50 and 60; the United Kingdom's Department for International Development classifies 46 nations with 870 million inhabitants as "fragile"; and the World Bank treats 30 countries as LICUS. These divergent estimates reflect differences in the criteria used to define state weakness, the indicators used to gauge it, and the relative weighting of various aspects of governance...

State strength is relative and can be measured by the state's ability and willingness to provide the fundamental political goods associated with statehood: physical security, legitimate political institutions, economic management, and social welfare. In effect, they possess legal but not actual sovereignty. In the security realm, they struggle to maintain a monopoly on the use of force, control border and territory, ensure public order, and provide safety from crime. In the political sphere, they lack legitimate governing institutions that provide effective administration, ensure checks on power, protect basic rights and freedoms, hold leaders accountable, deliver impartial justice, and permit broad citizen participation. In the economic arena, they strain to carry out basic macroeconomics and fiscal policies or establish a legal and

regulatory climate conducive to entrepreneurship, private enterprise, open trade, natural resource management, foreign investment, and economic growth. Finally, in the social domain, they fail to meet the basic needs of their populations by making even minimal investments in health, education, and other social services.

O ponto aclaratório que deve ser sublinhado é que nem todos os estados débeis participam dos mesmos problemas. Alguns colapsa, como ocorreu em certas regiões do Continente africano; outros revelam indicadores de debilidade, mas mantêm níveis operacionais importantes. Patrick (2006: 30) sublinha, e com isso contrasta Fukuyama, que a deficiência do Estado não é tratada apenas de variáveis que têm a ver com a capacidade operacional das instituições; destaca que também é uma questão de vontade. Ênfase que é interessante, porque aponta para a existência real de uma fonte de responsabilidade pública que é mantido operante, ainda ante as situações e dos eventos mais adversos à gestão pública. Além disso, ao distinguir entre capacidade e vontade, Patrick (2006: 30) propõe que é possível diferenciar quatro tipos de estados débeis: estados relativamente bons, estados que são débeis mas têm a vontade, estados que têm os meios mas não a vontade, e aqueles que não têm a vontade nem os meios para levar a cabo as funções que caracterizam a gestão estatal. Patrick (2006: 30) sublinha que, as populações destes estados são pobres, não dispõem de acesso a saúde e educação, padecem doenças crônicas, falecem em idade prematura, não têm acesso à tecnologia, e são focos de ameaças à saúde.

Uma quantidade significativa dos estados contemporâneos revelam condições profundamente diferentes; que oscilam desde suas trajetórias históricas, até as características de sua geografia física e cultural, que não se devem dissociar de suas possibilidades reais de desenvolvimento, tanto no plano social, como no econômico e político. Urge que os modelos de desenvolvimento promovidos pela globalização e da democracia, sejam temperados às condições reais destas unidades políticas, em função de suas características particulares. Especificamente, é necessário produzir mais conhecimento sobre as variantes que impedem que os governos de tais unidades consigam o desempenho e a estabilidade necessária para adiantar sua capacidade e projeção na comunidade global. É necessário reconsiderar a viabilidade do modelo estatal convencional em territórios particulares, e inclusive explorar a criação de modelos governamentais alternativos. E no plano do

redesenho das estruturas e os processos estatais, se faz bem em reconhecer que os modelos de reforma governamental se devem adaptar às condições e necessidades reais de todas as unidades políticas; o que supõe o acesso e o uso ótimo do conhecimento sobre os problemas das localidades, de suas relações, e das alternativas públicas necessárias para atendê-los.

O Estado e as reformas governamentais

Uma atividade importante do Estado contemporâneo, é a revisão dos sistemas administrativos, organizacionais e institucionais que o integram. Em rigor, a qualidade democrática da atividade requer clarificar os modelos e os critérios que todos os governos utiliza quando opta por revisar suas estruturas, para reorganizar os sistemas públicos, redefina suas relações com os mercados e reorientar seus róis tanto na escala local como no regional e global. Uma fase técnica importante é a avaliação da gestão pública, que implica revisar o funcionamento e as transformações anteriores dos componentes normativos, administrativos, humanos e institucionais que operam em todos os casos. Ao avaliar, é necessário incorporar como norma democrática as necessidades e as aspirações das populações, porque estabelecem prioridades sobre as quais o Estado deve atuar responsabilmente.

A análise deve alcançar formular e classificar problemas e alternativas, em uma óptica que permita avaliar, distinguir e relacionar com responsabilidades, tanto as que correspondem aos gestores governamentais, como aquelas que se vinculam ao comportamento dos mercados, assim como aquelas que colocam os diversos setores da população em róis protagônicos. A qualidade das decisões e os atos, em correspondência com as normas de responsabilidade pública que operam na jurisdição, constitui uma fonte importante na identificação de problemas e insuficiências públicas.

A partir da relação e diferenciação dos mesmos, poderão-se identificar fatores comuns, que ajudem inferir tendências e padrões que permitam explorar os resultados e as deficiências que a instrumentação da equação produziu na escala local. Nesta linha escrita, poderia-se conjecturar que uma das fontes de instabilidade e deficiência que opera na instrumentação da equação, incluem a ausência de normas verificáveis no exercício da responsabilidade das instituições, dos setores econômicos e das populações; assim como a falta de alternativas efetivas para conseguir que os atores e

os setores atuem no marco cultural das normas estabelecidas e conhecidas.

Durante as últimas duas décadas, 49 dos 123 estados de maior extensão territorial, levaram a cabo iniciativas voltadas a conseguir mudanças profundas em sua organização e funcionamento governamental; mais de 30 iniciaram várias mudanças durante administrações diferentes; pelo menos 18 demonstram gestões mais elementares dirigidas a revisar áreas específicas de suas culturas administrativas (Kamarck, 2004: 14). O efeito acumulado desta tendência no comportamento estatal contemporâneo, foi interpretado em termos de que as reformas nas áreas de governabilidade e abertura passam a ser uma fase indispensável no desenho de estratégias em matéria de desenvolvimento (Rodrik, 2002: 1).

Na era da globalização, os governos democráticos se propõem a otimizar a eficiência de seus modelos administrativos, as normas de produtividade, a capacitação do recurso humano e a qualidade das decisões públicas, particularmente à disposição de fundos e propriedade e à organização do orçamento governamental, em função das cobranças tributárias e de suas correspondentes utilidades públicas. Além disso, estudam a fundo o comportamento de seus mercados, os que atuam localmente, como aqueles com os quais se sustentam relações estratégicas. Deste ponto de vista, a tendência competitiva mais generalizada é que um governo não procede com reformar-se exclusivamente ante o surgimento de crises internas. A utilidade de uma reforma governamental é determinante no caráter público de um governo convencido de que os processos econômicos políticos internacionais da atualidade, requerem iniciativas inovadoras contínuas que contribuam para o desenvolvimento e à adaptação da esfera governamental a condições internas e dinâmicas externas cambiantes. A seguir serão resumidas algumas das características das reformas mais recentes.

Kamarck (2004: 3) aponta que a vitória eleitoral de Margaret Thatcher na Inglaterra em 1979 deu lugar ao que poderíamos denominar como o início da era contemporânea na história das reformas governamentais no âmbito mundial. A autora também coloca em evidência o êxito eleitoral de Ronald Reagan nos Estados Unidos, em 1980, e o de Brian Mulroney, em 1984, no Canadá. Apesar de suas diversas particularidades, todos compartilham a necessidade de reavaliar agressivamente as estruturas burocráticas de seus governos.

Kamarck também distingue que, no plano dos governos em desenvolvimento, os movimentos de reformas governamentais têm resultado de problemas econômicos críticos ou devido a exigências impostas pelas organizações internacionais credoras. Destaca-se o modelo de ajuste estrutural no qual o Estado afetado terá de reavaliar seu projeto e suas operações com a finalidade de torná-los compatíveis com os requerimentos estabelecidos no modelo de referência.

Segundo Kamarck, as reformas governamentais mundiais podem ser divididas em duas etapas elementares, a primeira, como já indicamos, começa na década de oitenta e tem como referências importantes a Inglaterra, Estados Unidos e o Canadá. As tendências mais generalizadas que encontramos na referida década chamam nossa atenção à liberalização econômica e à privatização de indústrias estatais, prática conhecida como uma das fases elementares nos processos de reforma contemporâneos. Evidentemente, a elaboração e implantação das reformas tiveram matizes diferentes em diferentes jurisdições. Kamarck distingue que, na América Latina, a tendência foi dirigida para a privatização e o distanciamento do Estado dos processos econômicos. No melhor dos casos, todas as jurisdições tiveram de identificar suas condições, problemas e necessidades específicas em função de sua disposição e infra-estrutura governamentais, relações e aspirações econômicas e políticas em um mundo em processo de transformação acelerada.

A segunda fase começa na década de 90 com a desarticulação do bloco soviético (Kamarck, 2004: 10). No caso das ex-repúblicas soviéticas, estas se caracterizaram por se transformar em corpos em transição política (o desenvolvimento para a democracia) e econômica (o desenvolvimento para modelos de economias de mercado). Cada uma delas terá de enfrentar uma série de problemas associados ao seu particular desenvolvimento histórico geográfico, étnico e político, um processo que continua atualmente.

Kamarck acrescenta que, nesta segunda fase, a ênfase já não é tanto na privatização, mas na reforma dos processos administrativos governamentais com a finalidade de transformar e otimizar as funções elementares do Estado para melhoria e desenvolvimento da capacidade estatal. Nesta década, os estados se voltaram a reavaliar as concepções administrativas que formaram suas instituições públicas, as práticas que caracterizam a interpretação de normas e regulamentos, a formação cultural e a

demografia dos recursos humanos, em particular sua capacitação, desempenho e desenvolvimento. Em princípio, o objetivo foi esclarecer a relação entre governar e administrar, identificar os preceitos e as suposições para depois voltar as energias para criar um governo mais ágil, inteligente e responsivo aos cidadãos.

Kamarck destaca que os estados altamente industrializados se concentraram em otimizar seus níveis de eficiência e aumentar seu potencial na produção, gestão e desenvolvimento de alta tecnologia a fim de reestruturar seu funcionamento administrativo e diversificar os bens e os serviços produzidos para o consumo social. Por outro lado, no caso dos estados em desenvolvimento, os movimentos públicos se voltaram mais à capacitação estatal, descentralização e enfrentamento dos problemas éticos governamentais por meio de modelos que incorporam normas, instituições, procedimentos e, no melhor dos casos, projetos de avaliação sobre os objetivos previamente identificados e que serviram para nortear as tarefas de reforma.

Kamarck explora a diferença na orientação e afirma que também alguns dos países altamente desenvolvidos tiveram e têm interesse de elaborar iniciativas efetivas para sanar seus problemas éticos governamentais. Assim como alguns países em desenvolvimento, como o México, Colômbia e Chile, já mostram ter grande interesse em melhorar seus níveis de eficiência governamental mediante a incorporação dos sistemas de informação, a produção de conhecimento organizacional e administrativo e a avaliação de suas políticas públicas. O objetivo é alcançar um maior desenvolvimento governamental democrático em um mundo globalizado cujos níveis de competitividade crescem continuamente.

Kamarck reconhece que, no caso dos estados em desenvolvimento, o papel desempenhado pelos organismos internacionais credores e gestores de desenvolvimento foi fundamental nas decisões que os atores estatais assumiram nesta segunda fase. Um exemplo disso é que no mundo em desenvolvimento esta segunda fase priorizou a reconstrução do Estado de modo a viabilizar a continuidade das novas economias de mercado com a finalidade de contribuir para os projetos de desenvolvimento que tornaram viável o crescimento econômico em uma conjuntura de alta complexidade.

Kamarck também destaca as iniciativas dos bancos dedicados ao desenvolvimento, visto que estes estabeleceram como prioridade determinar os níveis de governabilidade das unidades

políticas, como parte de sua avaliação para conceder acesso a verbas. Evidência disto é que as instituições internacionais dedicadas ao desenvolvimento elaboraram programas para a assistência dos estados interessados em maior capacitação, prática que continua aumentando atualmente, como uma medida para apoiar o funcionamento da gestão pública no nível das localidades. Kamarck dá destaque positivo ao componente internacional da iniciativa, porque promove operacionalmente a relevância de um modelo de desenvolvimento estrutural para o Estado.

No entanto, é legítimo destacar que reduzir estruturalmente os projetos de desenvolvimento ao custo da gestão governamental, embora seja um exercício importante e necessário, é insuficiente por si só. Os projetos de desenvolvimento incorporam áreas delicadas que, embora incluam a capacidade, o alcance e o funcionamento da gestão pública, não se reduzem a isso. Os modelos de desenvolvimento econômico contemporâneo devem incluir o aumento da auto-estima e da confiança das populações, o acesso e a gestão da saúde, o aumento dos níveis educacionais vigentes, a profundidade e a diversidade profissional, o acesso e a gestão da tecnologia, a capacidade e o alcance trabalhista, a consistência e a qualidade na produção.

Certamente, os modelos de desenvolvimento requerem identificar e responder interrogações difíceis, que exigem conhecer com antecedência quais são as possibilidades das populações e dos territórios específicos diante das condições atuais e os processos e as contingências que se aproximam do futuro global. Particularmente, o desenvolvimento contemporâneo exige que os gestores públicos possam contar com referenciais extremamente atualizados, que lhes permita atuar razoavelmente em processos globais cujas flutuações, imponderáveis e contingências parecem aumentar em vez de diminuir com o transcorrer do século. Quais são as prioridades dos Estados perante dinâmicas globais tão intensas e variadas?

O Estado, o comércio internacional e o desenvolvimento econômico

Os critérios diretivos em termos de desenvolvimento mudaram significativamente (Cooper, 2005: 1-6). Nas décadas de 50 e 60, a prioridade se concentrava no planejamento governamental; nos anos setenta, ênfase é dada à interpretação das idéias e dos conceitos provenientes dos mercados. A partir daí foi priorizado o papel central da disciplina fiscal no contexto da liberalização do

mercado, que incorpora a privatização e a necessidade de assegurar os direitos sobre a propriedade para garantir que os investidores globais tenham níveis ótimos de segurança sobre o controle de suas finanças e produtos. Recentemente, são incorporados aos modelos a qualidade das instituições, os bancos centrais independentes, as redes de previdência social e a luta contra a pobreza e as deficiências éticas governamentais (Risse, 2003: 31).

No entanto, tal modelo está em discussão. É analisado a andaimaria normativa que organiza o intercâmbio comercial interestadual, aos efeitos de identificar as `assimetrias` no acesso aos mercados, questionando-se a influência determinante do poder econômico nas relações comerciais, e dos dobros padrões que bifurca o potencial de igualdade entre os estados ricos e os estados pobres. Foi sugerido que estas são práticas que limitam o avanço do princípio de igualdade nas relações do comércio interestadual contemporâneo; mas que podem ser superadas mediante a incorporação de perspectivas que não se reduzem ao poder econômico, para construir relações comerciais baseadas nos princípios (Stiglitz & Charlton, 2006; Mil 2006).

Atualmente, o crescimento econômico dos países em vias de desenvolvimento inclui debates em torno dos róis dos mercados, o momento oportuno para sua abertura e integração, e do rol que deve brincar a autogestão no desenho dos projetos (Fréchette, 2003). Surgem delineamentos sobre a relação entre a transição à democracia e os efeitos que gera nos processos econômicos de todas as unidades política (Rodrik & Romain, 2005: 3-5). Inclusive, questiona-se expressamente se a transição à democracia puder gerar resultados econômicos adversos; e se sublinha que todas as unidades tem características particulares que devem ser conhecidas a fundo pelos gestores públicos, aos efeitos de conseguir organizar a tomada de decisões em função das contingências que haverão de ocorrer nas correlações entre os processos globais e locais. É discutida a relação entre a democracia e do desenvolvimento, e das funções do Estado ao incentivar, organizar e sustentar o desenvolvimento econômico (Hausman, 2006; Rodrik, 2006; Summers, 2003); e é estabelecida a necessidade de dirimir questões centrais como o manejo do valor da moeda, o nível dos salários, a participação e regulamentação dos setores bancários, e o rol dos bancos governamentais nos projetos de desenvolvimento. Assumir essas decisões implica o desenho de políticas que determinem a atividade e integração econômica para aumentar os padrões de vida, mediante iniciativas

democráticas que gerem responsabilidade pública ante os constituintes, no contexto do Estado (Rodrik, 2002: 1).

Argumenta-se, que o crescimento econômico nem sempre tem produzido os benefícios antecipados; a economia de mercado não é uma variável independente capaz de garantir automaticamente o crescimento desejado, no marco de critérios de justiça social e eficiência econômica (Stiglitz, 2005: 128-129). Stiglitz avaliou criticamente a globalização (2002: 25-40). Em sua análise, as políticas que adiantam o projeto, não calculam adequadamente a sensibilidade do comportamento dos mercados na esfera pública. O autor destaca os descontentes econômicos, políticos, sociais e culturais que são divulgados no âmbito mundial devido à falta de representação e participação nos bens produzidos pela globalização econômica. Embora postule que o mercado livre é a alternativa a seguir, levanta sérios interrogantes sobre o potencial de igualdade do qual é capaz um mercado global; e sublinha a necessidade de revisar o sistema financeiro global, que inclui, mas não é reduzido à revisão da dívida dos países em vias de desenvolvimento (Stiglitz, 2003).

Nos debates continuamente é destacada a necessidade de que o fenômeno da globalização seja organizado através de políticas públicas efetivas, temperadas às condições reais das unidades políticas (Rodrik, 2003). O processo de formação de tais políticas implica formular e atender problemas de grande profundidade e longo alcance, atinentes à visão, capacidade e os róis de próprio o Estado, que entre outras variáveis inclui seu grau de intervenção com os mercados e da qualidade de sua gestão pública para com a população.

A pesquisa em matéria da economia política que influi nas políticas de desenvolvimento durante as últimas três décadas, permite aclarar dinâmicas e interrogantes que os governos experimentam neste âmbito operacional. Entre outros, são destacadas a qualidade das determinações dos gestores públicos, o rol das idéias e a liderança nos processos de mudança, os objetivos das novas instituições e a capacidade destas para evoluir, aos efeitos de conseguir a profundidade organizacional necessária para o manejo das políticas públicas que exigem as localidades e o mundo contemporâneo (Grindle, 1999 //

IV. Conclusão: os éthos de inclusão e do Estado.

O desenvolvimento de um mundo em via de globalização envolve a estabilidade e o bem-estar de populações que

experimentam uma realidade global interdependente. Populações assim conectadas, devem ser atendidas mediante a elaboração de políticas que interpretem a localidade, através dos entornos e processos globais vigente. Naturalmente, a criação de tais iniciativas exige que tomem decisões em cenários multidimensionais, `heterogêneos` e cambiantes. Poderia-se conjecturar que as decisões mais difíceis estão nas bordas, nos limites operacionais-mentais e territoriais - que continuam servindo de referência para dirimir e organize uma realidade geográfica mundial profundamente diferente, e que costuma provocar tensão, devido às transformações que lhe corresponde dirimir às localidades e à comunidade global.

Freqüentemente, atuar em cenários públicos significativamente influenciados por intangíveis, pode reproduzir incongruências, na maneira em que os gestores públicos imaginam os cenários, geram informação e a assimilam, aos efeitos de produzir as decisões que lhes correspondem. Duvidamos que existam incongruências mais vulneráveis que aquelas que impedem que as populações consigam atuar inclusiva e inteligentemente através das necessidades e através das exigências locais/globais que públicos lhes concernem. A elaboração de políticas da atualidade requer protagonistas que estejam disposto* a revisar as referências que influem seus libretos e dirigem suas interpretações, reconhecer os novos intérpretes e projetar se em cenários altamente competitivos, nos quais as experiências e os supostos prévios, bem poderiam ser insuficientes se evitam adquirir os conhecimentos que exigem os eventos dinâmicos da atualidade.

Urgem atores protagônicos envolvidos na criação e instrumentação local de normas públicas legítimas, que contribuam para o desenvolvimento de uma esfera pública democrática global, adaptada aos graus de dificuldade de problemas inter-relacionados e interdependentes. Por outro lado, os gestores públicos não só enfrentam os problemas no plano individual e grupal, também os enfrentam institucionalmente. Em conseqüência os problemas provoquem interrogantes que dirigem a atenção para a necessidade de avaliar a fundo a situação real dos estados atualmente, para auscultar suas diferenças, precisar sua capacidade real, e avaliar a maneira em que é organizado para gerar as políticas que devem dirigir e sustentar competitivamente as populações no plano mundial.

Sem dúvida, é necessário que os estados incorporem prioritariamente a participação da sociedade civil nas decisões sobre as áreas públicas. Esclarecer, optar e integrar setores, conhecimento, problemas e alternativas, contribui para otimizar o nível de governabilidade dos governos democráticos; a exclusão é um indicador de vulnerabilidade. Robinson (2002: 4), ao tratar o tema da ética da globalização, consulta acertadamente ao Secretário Ex das Nações Unidas Kofi Anan.

Whether it is the area of crime, health, the environment or the fight against terrorism, interdependence has ceased to be an abstract concept. This poses a real challenge, not only to political leaders, but to civil society, non-governmental organizations, businesses, labor unions, thinkers and citizens of every nation. We need to rethink what belonging means, and what community means, in order to be able to embrace the fate of distant peoples, and realize that globalization's glass house must be open to all.

As tendências da experiência democrática mundial contemporânea, sublinham ampla a participação no âmbito público. Enfatiza-se que o governo, os atores econômicos, os grupos de interesses, a sociedade em geral, determinam a construção e transformação da esfera pública local e global (Held, 2005: 15). No entanto, a amplitude da participação não garante a igualdade, porque as experiências econômicas, políticas e sociais das populações do mundo revelam grandes diferenças e contradições.

Os estados têm um rol importante que desempenhar nas decisões estratégicas que haverão de formar os objetivos mais sociais da democracia, com as necessidades em matéria de desenvolvimento econômico das populações. E para isso, a partir do desenvolvimento de próprias as populações, terão de gerar e sustentar uma interpretação competitiva e visionária sobre os processos de transformação mundial. O interrogante sobre se a legitimidade do conteúdo e da prática dessas interpretações será finalmente dirimida democraticamente no plano global; tenho aí um assunto que determinará a formação da história da democracia do século XXI.

REFERÊNCIAS

- Addison, Tony and Rahman, Aminur. (2003, October). Capacities to Globalize: Why Are Some Countries More Globalize than Others? Paper presented at a conference on Globalization and Social Stress, in Warsaw, organized by the TIGER at the Yale University Center for International and Area Studies.
- Aman, Alfred, C. 2004. *The Democracy Deficit, Taming Globalization Through Law Reform*. New York and London: New York University Press.
- Arystanbekova, A. 2004. "Globalization: Objective Logic and New Challenges". *International Affairs* 50, No. 4:7-15.
- Berger, Peter L. 2002. Introduction: The Cultural Dynamics of Globalization. En Berger, Peter L. y Huntington, Samuel P. (Eds.), *Many Globalizations, Cultural Diversity in the Contemporary World*, (1-20). New York: Oxford University Press.
- Blake, Michael and Risse, Mathias. 2006. Is There a Human Right to Free Movement? Immigration and Original Ownership of the Earth. Harvard University, John F. Kennedy School of Government, (April, Working Paper 06-012).
- Bloom, David E. and Canning, David. 2005. Health and Economic Growth: Reconciling the Micro and Macro Evidence. Stanford University, Center on Democracy, Development, and the Rule of Law, Institute on International Studies, (February, Working Paper, No. 42).
- Bradbury, Jonathan. 2003. Civil Rights. En Mclean, Ian y Mcmillan, Alistair (Eds.), *The Concise Oxford Dictionary of Politics*, (78-80). New York: Oxford University Press.
- Burnell, Peter. 2003. Development. En Mclean, Ian y Mcmillan, Alistair (Eds.), *The Concise Oxford Dictionary of Politics*, (148-149). New York: Oxford University Press.
- Clark, Paul, Crutzen, Paul J. and Schellnhuber, Hans J. 2005. Science for Global Sustainability: Toward a New Paradigm. Center for International Development at Harvard University, (March, CID Working Paper No. 120).
- Claval, Paul. 2001. Identity and Politics in a Globalising World. En Gertjan Dijkink y Hans Knippenberg (Eds.), *The Territorial Factor, Political Geography in a Globalizing World*, (31-48). Amsterdam: Vossiuspers UVA.
- Clément, Caty. 2005. The Nuts and Bolts of State Collapse. Harvard University, John F. Kennedy School of Government, (Working Paper 2005-32).
- Coggins, Richard. 2003. Decolonization. En Mclean, Ian y Mcmillan, Alistair (Eds.), *The Concise Oxford Dictionary of Politics*, (136-137). New York: Oxford University Press.
- Cooper, Richard N. 2005. A Half-Century of Development. Harvard University, Center for International Development, (March, Working Paper No. 118).
- Davis, James R. and Hirji, Rafik. 2005. "The Myth of Water Wars". *Georgetown Journal of International Affairs*, Winter/Spring, Vol. VI, No. 1:115-124. Washington, DC: Edmund A. Walsh School of Foreign Service.
- Diamond, Larry and Morlino, Leonardo. 2004. The Quality of Democracy. Stanford University, Center on Democracy, Development, and the Rule of

- Law, Institute on International Studies, (September, Working Paper, No. 20).
- Dijkink, Gertjan and Hans Knippenberg. 2001. The Territorial Factor: an Introduction. En Gertjan Dijkink y Hans (Eds.), *The Territorial Factor, Political Geography in a Globalizing World*, (11-26). Amsterdam: Vossiuspers UVA.
- Eisenberg, Jeffrey. 2004. "Ethics, Morality & Globalization". *A World Connected*. www.aworldconnected.org/article. Retirado el 20 de octubre de 2004.
- Fréchette, Louise. 2003. "A New Development Agenda: Outlining the Challenges to Development in the 21 st. Century". *Harvard International Review*, Spring.
- Fernández, Demetrio. 2005. "La formación de la política pública". *Ethos Gubernamental*, No. 3:3-23.
- Freedman, Lawrence. 1981. *The Evolution of Nuclear Strategy*. New York: St. Martin's Press.
- Frost, Randall. 2004. "Corporate Social Responsibility and Globalization: A Reassessment". *A World Connected*. www.aworldconnected.org/article. Retirado el 20 de octubre de 2004.
- Fukuyama, Francis. 2004. *State Building: Governance and World Order in the 21st Century*. Ithaca, New York: Cornell University Press.
- Gilpin, Robert. 1987. *The Political Economy of International Relations*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Grindle, Merilee. 1999. In Quest of the Political: The Political Economy of Development Policy Making. Harvard University, Center for International Development, (June, CID Working Paper No. 17).
- Grindle, Merilee. 2000. Designing Reforms: Problems, Solutions and Politics. Harvard University, John F. Kennedy School of Government, (November, Working Paper 01-020).
- Held, David. 1997. *La democracia y el orden global: del Estado moderno al gobierno cosmopolita*. Barcelona: Paidós.
- Held, David, McGrew, Anthony, Goldblatt, David and Perraton, Jonathan. 1999. "What is Globalization? *Global Transformations*. www.polity.co.uk/global/executive.htm. Retirado el 14 de abril de 2005.
- Held, David. 2005. "Toward a New Consensus, Answering the Dangers of Globalization". *Harvard International Review*, Vol. 27, No. 2:14-17.
- Hausman, Ricardo. 2006. Economic Growth: Shared Beliefs, Share Disappointments? Harvard University, John F. Kennedy School of Government, (July, Working Paper 06-030).
- Hausman, Ricardo and Rodrik, Dani. 2002. Economic Development as Self Discovery. Harvard University, John F. Kennedy School of Government, (March, Working Paper 02-023).
- Huang, Hsin and Hsiao, Michael. 2002. Coexistence and Synthesis, Cultural Globalization and Localization in Contemporary Taiwan. En Berger, Peter L. y Huntington, Samuel P. (Eds.), *Many Globalizations, Cultural Diversity in the Contemporary World*, (48-67). New York: Oxford University Press.
- Hurrel, Andrew. 2003. Globalization. En Mclean, Ian y Mcmillan, Allistair (Eds.), *The Concise Oxford Dictionary of Politics*, (222-225). New York: Oxford University Press.

- Kamarck, Elaine. 2004. Government Innovation around the World. Harvard University, John F. Kennedy School of Government, (April, Working Paper 04-010).
- Keohane, Robert O., Nye, Joseph S. 1998. "Power and Interdependence in the Information Age". *Foreign Affairs*, Vol. 77, No. 5.
- Klare, Michael T. 2002. *Resource Wars, the New Landscape of Global Conflict*. New York: Owl Books.
- Knox, Paul L., Marston, Sallie A. 1998. *Places and Regions in Global Context, Human Geography*. New Jersey: Prentice Hall.
- Kolodko, Grzegorz W. (2003, October). Globalization, Transition, and Development Prospects. Paper presented at a conference on Globalization and Social Stress, in Warsaw, organized by the TIGER at the Yale University Center for International and Area Studies.
- Lievesley, Geraldine. 2003. Dependency. En Mclean, Iain y McMillan, Alistair (Eds.), *The Concise Oxford Dictionary of Politics*, (145-146). New York: Oxford University Press.
- Mazo, Eugene. 2005. What Causes Democracy? Stanford University, Center on Democracy, Development, and the Rule of Law, Institute on International Studies, (February, Working Paper, No. 38).
- McLuhan M. and Flore Q. 2001. *War and Peace in the Global Village*. Corte Madera, California: Ginkgo Press.
- Miles, Marc A. 2006. "Trade and Justice". *Harvard International Review*, Vol. 28, No. 2:78-79.
- Ocampo, José A. 2004. Globalization, Development and Democracy. *Items and Issues* 5, No. 3.
- Ofer, Gur. (2003, October). Globalization and the Welfare State: Developed, Developing and Transition Countries. Paper presented at a conference on Globalization and Social Stress, in Warsaw, organized by the TIGER at the Yale University Center for International and Area Studies.
- Patrick, Stuart. 2006. "Weak States and Global Treats: Fact or Fiction?" *The Washington Quarterly* 2, Vol. 29:27-53.
- Putzel, James. 2004. The Politics of 'Participation': Civil Society, the State and Development Assistance. Development Research Centre, (January, Discussion Paper)
- Putzel, James. 2004. The Political Impact of Globalization and Liberalisation: Evidence Emerging from Crisis States Research. Development Research Centre, (November, Discussion Paper)
- Rippon, Matthew J. 2004. "What is Globalization? *A World Connected*. www.aworldconnected.org/article. Retirado el 20 de octubre de 2004.
- Risse, Mathias. 2003 (A). What we Owe to the Global Poor: Political Philosophy Meets Development Economics. Harvard University, John F. Kennedy School of Government, (August, Working Paper 03-032).
- Risse, Mathias. 2003 (B). Do We Live in an Unjust World? Harvard University, John F. Kennedy School of Government, (December, Working Paper 03-049).
- Risse, Mathias. 2006. What to say about the State. Harvard University, John F. Kennedy School of Government, (February, Working Paper 06-008).
- Robinson, Mary. 2002. Building an Ethical Globalization. Coca Cola World Fund Lecture. Oct. 08.
- Rodrik, Dani. 2003. Growth Strategies. Harvard University, Bureau for Research in Economic Analysis of Development, (October, Working

- Paper, No. 050). Working draft for eventual publication in the Handbook of Economic Growth.
- Rodrik, Dani and Wacziarg, Romain. 2005. Do Democratic Transitions Produce Bad Economic Outcomes? Stanford University, Center on Democracy, Development, and the Rule of Law, Institute on International Studies, (January, Working Paper, No. 29).
- Rodrik, Dani. 2006. "An Interview with Dani Rodrik, Home-Grown Growth Problems and Solutions to Economic Growth". *Harvard International Review*, Vol. 27, No. 4:74-77.
- Rosenau, James N. 2003. *Distant Proximities: Dynamics Beyond Globalization*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Ruggie, John Gerard. 2004. Reconstituting the Global Public Domain: Issues, Actors and Practices. Harvard University, John F. Kennedy School of Government, (July, Working Paper 04-031).
- Sen, Amartya. 2006. Contrary India. *The Economist*, The World in 2006, (51). London.
- Shapiro, Ian. 2005. "The State of Democratic Theory: A Replay to James Fishkin". *Critical Review of International Social and Political Philosophy* 8, No. 1:79-83.
- Stavrou, Nikolas A., Ndumbe, Julius A., Ewing, Raymond C. 2005 (Special Eds.), People on the Move: The Nature and Scope of a Global Phenomenon. *Mediterranean Quarterly*, Vol. 15, No. 4.
- Stiglitz, Joseph E. 2002. *Globalization and its Discontents*. New York: Norton.
- Stiglitz, Joseph E. 2003. "Dealing with Debt: How to Reform the Global Financial System". *Harvard International Review*, Spring.
- Stiglitz, Joseph E. 2005. The Ethical Economist, Growth may be Everything, but it's Not the Only Thing (Review Essay). *Foreign Affairs*, Vol. 84, No. 6:128-132.
- Stiglitz, Joseph E. and Charlton, Andrew. 2006. Fair Trade for All: How Trade can Promote Development. Oxford: Oxford University Press.
- Taylor, Peter J. 1994. The State as Container: Territoriality in the Modern World-System, *Progress in Human Geography*, Vol. 18, No. 2:151-162.
- Taylor, Peter J. 1995. Beyond Containers: Internationality, Interstateness, Interterritoriality, *Progress in Human Geography*, Vol. 19, No. 1:1-15.
- The Institute on Governance. 2002. Governance Principles for Protected Areas in the 21 st. Century. (April, Discussion Paper).
- Thompson, John B. 1993. Ideology. En Krieger, Joel (Editor principal), Joseph, William A., Kahler, M., Nzongola-Ntalaja, G., Stallings, B., Weir, M., (Eds.), Paul, James A. (Editor consultor). *The Oxford Companion to the Politics of the World*, (409-410) New York: Oxford University Press.
- Thrift, Nigel. 1995. A hyperactive World. En Johnston, R. J., Watts, Michael, J. Geographies of Global Change, 18-35, Oxford: Blackwell Publishers, LTD.
- Wallerstein, Immanuel. 1991. *Geopolitics and Geoculture*. Cambridge: University Press.
- Weber, Max. 1946. *From Max Weber: Essays in Sociology*. New York: Oxford University Press.

DADOS BIOGRÁFICOS DOS AUTORES

Joxel García foi nomeado Diretor Adjunto da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) em 1 de agosto de 2003. Como Diretor Adjunto, o Dr. García foi responsável por estabelecer, junto com a Diretora, o junto com direção e junto com as estratégias gerais da Organização, proporcionando liderança e assessoramento em todas as decisões políticas. Também foi responsável por manter relações entre a Organização e dos governos dos Estados Unidos, de Canadá e Porto Rico. O Dr. García foi residente de Connecticut desde 1988 e posteriormente, em 1999, foi nomeado Comissionado do Departamento de Saúde Pública de Connecticut. O Dr. García goza de reconhecimento nacional como cirurgião gineco-obstetra e conta com a certificação do Conselho americano de Ginecologia e Obstetrícia; além disso, serviu como Professor Clínico Associado na Escola de Medicina da Universidade de Connecticut. O Dr. García realizou os estudos prévios para estudar a carreira de medicamento na Universidade de Porto Rico, Recinto de Mayaguez, e realizou a residência de ginecologia e obstetrícia no Hospital Mount Sinai de Hartford. Durante seu serviço em OPAS, seu trabalho foi enfatizado na saúde e a globalização, a saúde nas zonas fronteiriças, e a ética e a liderança em matéria de saúde. Atualmente se desempenha como Senior Vice President e Senior Medical Advisor de Maximus, Inc. em Virginia EEUU. O Dr. García nasceu em Arecibo, Porto Rico; está casado e tem dois filhos.

Hiram R. Morales Lugo é formado da Universidade de Porto Rico, onde obteve seu Bacharel em Artes em Ciências Sociais com concentração em Relações Laborais. Continuou estudos na Faculdade de Direito do UPR, onde obteve o grau de *Juris Doctor*. Análise e comentários em torno da Lei para a prevenção e intervenção com a violência doméstica em Porto Rico”; e “A reabilitação da testemunha impugnada: uma visão geral”. Em 1997, assumiu o cargo de Diretor Executivo do Escritório de Ética Governamental de Porto Rico (OEG), por um termo de 10 anos. Em 2001, recebeu a certificação como Examinador de Fraude da Associação de Examinadores de Fraude dos Estados Unidos. Nesse mesmo ano, foi designado como membro do Comitê de Especialistas no Mecanismo de Seguimento da Convenção Interamericana contra a Corrupção. O licenciado Morales Lugo participou como expositor em diversos fóruns internacionais e é parte do grupo de professores que ministram cursos no Centro para o Desenvolvimento do Pensamento Ético do OEG.

Jesús E. Nieves Mitaynez fez seus estudos de bacharelado em Filosofia e Lingüística no Evangel University de Springfield, Missouri. Continuou estudos formados em Filosofia Moral e Filosofia Política da Universidade de Forham, Rose Hill Campus. É se formado da Faculdade de Direito da Universidade de Porto Rico. Na Escola de Direito da Universidade Laval de Québec, Canadá, continuou estudos formados em Direito. E na Faculdade de Geografia de tal Universidade cursou estudos doutorais em Geografia Política Regional e Geoestratégia. Em 1999 participou como observador bilateral e conferencista nas reuniões que o governo de Israel e a OLP sustentaram para reativar os processos da Paz, no Centro de estudos da Paz da Universidade de Oklahoma em Regem. Em outubro de 2000 passou a ser Ajudante Especial do Diretor Executivo do Escritório de Ética Governamental, Lcdo. Hiram R. Morales Lugo. Desde agosto de 2001, serve como Diretor Auxiliar da Área de Assuntos

Globalização, democracia e desenvolvimento

Acadêmicos do Centro para o Desenvolvimento do Pensamento Ético, onde dirige a Revista *Éthos* Governamental.